



CTOC

CÂMARA dos TÉCNICOS OFICIAIS de CONTAS
Pessoa Colectiva Pública



ISCAL

INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO DE LISBOA

I Jornadas Europeias da Primavera no ISCAL

Novas Tendências da fiscalidade

**Conferência Comemorativa
dos 250 anos da Aula do Comércio**

Centro de Congressos de Lisboa, 27 e 28 de Abril de 2009

Passo a passo

O actual modelo de normalização contabilística em Portugal está disperso por diversas entidades e nunca foi visto na óptica da sua verdadeira função: emitir normas e entendimentos harmonizadores dos conceitos e práticas contabilísticas. Sempre foi observado como um espaço onde coabitam factos que em nada concorrem para o seu propósito. Em bom rigor, normalizar pressupõe que exista um eixo comum das diversas especificidades que a Contabilidade deve ter.

Sem essa linha mestra haverá sempre uma ausência de rumo estratégico e nascerá terreno fértil, onde cada um vai gerindo a sua influência. Em devido tempo, a CTOC alertou para este facto, tendo apresentado, aquando da discussão pública do SNC, uma proposta que alterava o seu conceito, colocando-o sob a responsabilidade de uma única entidade, que iria gerir as suas especificidades no âmbito de colégios de especialidade.

Existe vontade política para reformar a situação actual. Nesse sentido, encontra-se, neste momento, em fase de elaboração e discussão as propostas que visam alterar o funcionamento da normalização contabilística empresarial.

Uma delas foi entregue ao grupo de trabalho, que integra o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, para análise, que abordou com a CTOC a estrutura de uma nova Comissão de Normalização Contabilística que, embora não seja de ruptura com os conceitos e estruturas vigentes, não deixa de ser um passo importante para a construção de um novo modelo e possuir uma visão integrada da normalização.

Procura-se, através da criação de um novo Conselho Geral, (onde se encontrem representadas todas as entidades que têm funções normalizadoras), uma abrangência mais universal, propiciando por essa via a criação de uma estratégia única para a Contabilidade nacional.

Compreendemos o melindre desta matéria, nomeadamente os efeitos que a normalização pode ter no apurar do património das empresas e na necessária fiabilidade da informação contabilística numa perspectiva global, incluindo o seu uso para a determinação da capacidade contributiva das empresas.

É compreensível a dificuldade de se conseguir, em pouco tempo, a ruptura com a lógica instalada nos hábitos e na estrutura normalizadora. Devemos ter a humildade suficiente para reconhecer que, no caso de processos de tamanha complexidade, não raras vezes o «ótimo é inimigo do bom».

Entendemos que não se deve desperdiçar esta oportunidade de ouro para criar uma única entidade normalizadora, que assuma as especificidades contabilísticas e desempenhe a função agregadora.

Os tempos que vivemos são de mudanças profundas. Uma autêntica revolução que, esperamos, seja proveitosa para todos os profissionais.

Tudo indica que brevemente veremos o Estatuto da CTOC alterado, o que resultará na passagem a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. Mais um motivo para que a nossa classe profissional seja capaz de responder com qualidade e empenho às transformações que se avizinham. Passo a passo, com segurança, sem sobrançeria, mas também com ambição e firmeza nas metas a atingir, vamos conseguir mudar, para melhor, uma profissão que amamos.

A. Domingues de Azevedo
Presidente da CTOC



Da AULA DO COMÉRCIO ao ISCAL



Evoco, neste artigo, a finalidade da criação da Aula do Comércio e pretendo explicar em que medida o ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa se considera seu continuador.

A Aula do Comércio foi criada em 1759 tendo os seus Estatutos sido aprovados por alvará de 19 de Maio. Começou a funcionar em 1 de Setembro de 1759. O projecto da sua criação foi atribuído à Junta do Comércio criada pelo Marquês de Pombal, no reinado de D. José I, por decreto de 30 de Setembro de 1755 com o fim de substituir a Confraria do Espírito Santo da Pedreira ou Mesa dos Homens de Negócios que controlava a actividade mercantil em Portugal. Os abusos desta Confraria levaram à sua extinção criando-se a Junta do Comércio “com homens de negócios escolhidos, práticos e de sã consciência”.

A Junta de Comércio corporizava o organismo administrativo básico do funcionamento comercial e industrial do país controlando todo o comércio, fixando preços e fiscalizando alguns artigos movimentados nas Alfândegas. Concomitantemente com estas funções foi-lhe atribuída a incumbência da criação da Aula do Comércio onde seriam ministradas matérias relacionadas com o comércio, mais precisamente, “Lições de Aritmética, de Pesos e Medidas, de Câmbios, de Seguros e de Escrituração Comercial”.

O projecto da Aula do Comércio foi, unanimemente, aceite reflectindo a grande necessidade da formação referida, designadamente, por estarem em vias de concretização, por parte do então 1.º Ministro, um conjunto de companhias/empresas, nomeadamente, do Grão Pará e Maranhão, Agricultura das Vinhas do Alto Douro, de Pernambuco e Paraíba que se inseriam na política pombalina de desenvolvimento de sectores vitais da economia portuguesa. Por imitação criaram-se, no Brasil, escolas congêneres a que não é alheio o alargamento da economia metropolitana à colonial e ultramarina. De sublinhar, também, que os lugares de guarda-livros das mais importantes casas comerciais portuguesas eram ocupados por italianos ou franceses e as ordens religiosas, conventos e mosteiros e, em geral as organizações do clero, dominavam o ensino em Portugal, prática que foi, fortemente, combatida pelo Marquês de Pombal.

O funcionamento da Aula do Comércio foi, deste modo, ao encontro das exigências económico-industriais do tempo, ajudando o organismo co-ordenador das actividades económicas citado e precedendo a organização do ensino da Contabilidade na Europa. O interesse demonstrado foi de tal ordem que o número inicial previsto de 50 alunos foi, largamente, ultrapassado. Assim, no 3.º curso matricularam-se 258 alunos e o aviso de 23 de Fevereiro de 1765 fixou um numerus clausus em 200 alunos, reduzindo o número de matrículas que era de 300 alunos em 1812.

Com o curso completo era passada a carta de curso ou de aprovação e, em 1770, pela Lei de 30 de Agosto, não se podia concorrer a lugares

de Guarda-livros sem a “Carta de Aprovação”. De sublinhar, ainda, que o apreço pela Aula do Comércio era de tal ordem que o Rei D. José, o Marquês de Pombal e a Corte honravam a Aula com a sua presença.

A Aula do Comércio funcionou na denominada “baixa de Lisboa” (Terreiro do Paço, Rua Augusta, Rua do Ouro e Rua do Comércio). Desde 1759 a 1844 (altura em que integrada na Secção Comercial) funcionou no Liceu de Lisboa (hoje Liceu Passos Manuel) e, depois, no Instituto Industrial.

Em 30 de Dezembro de 1886 foram criados os Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Porto, os Cursos Comerciais Elementares e, no Instituto de Lisboa, o Curso Superior de Comércio, o Curso Especial de Verificadores de Alfândega e o Curso Especial de Cônsules. Com a implementação da República o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa é desdobrado, em 1911, em dois institutos autónomos: Instituto Superior do Comércio e Instituto Superior Técnico. Sete anos depois, pelo Decreto 5029, de 1 de Dezembro de 1918, o ensino da Contabilidade passou a ser ministrado no Instituto Comercial de Lisboa que se considera legítimo continuador da Aula do Comércio nesta vertente da formação. O ICL passa, assim, a formar os técnicos contabilistas. Pelo Decreto-lei nº 327/76, de 6 de Maio, os Institutos Comerciais transformam-se em Institutos Superiores de Contabilidade e Administração, funcionando em Lisboa, Porto, Coimbra e Aveiro.

O ISCAL, adaptando-se aos novos tempos, dá continuidade à formação dos profissionais da contabilidade diversificando em novas saídas profissionais (consultores e analistas, financeiros, gestores públicos e privados, professores, revisores oficiais de contas e técnicos oficiais de contas) com sólidas bases de formação em contabilidade.

De referir, ainda, que muitos nomes ilustres passaram pela Aula do Comércio destacando-se o escritor Alexandre Herculano, o diplomata Cipriano Ribeiro Freire, Inocêncio Francisco da Silva e o 1.º Barão de Quintela (autor do Dicionário Bibliográfico Português). No Instituto Industrial e Comercial de Lisboa leccionaram ilustres professores, nomeadamente, Manuel da Silva Gaio, Júlio César Machado, Veiga Beirão, Fonseca Benevides, António Augusto de Aguiar, Ressano Garcia, Patrício Prazeres, Quirino da Fonseca e Eduardo dos Santos Andreia, imortalizados, hoje, em ruas de Lisboa. No ICL/ISCAL passaram personagens da vida pública, tais como, Aníbal Cavaco Silva, actual Presidente da República, Luís Filipe Pereira, Eduardo de Almeida Catroga, Francisco Murteira Nabo, actual bastonário da Ordem dos Economistas, António Gonçalves Monteiro, actual bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, e o seu antecessor José Vieira dos Reis.

Maria Amélia Pacheco
Nunes de Almeida

Presidente do Conselho Directivo do ISCAL

Formação: o caminho para preparar o futuro

Tem sido assim desde o início da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) e vai permanecer: a formação é um dos grandes pilares da acção da instituição. Diz-se que assim permanecerá porque a constante volatilidade do quadro normativo que os Técnicos Oficiais de Contas (TOC) estão obrigados a observar no exercício da profissão – de que a introdução, em 2010, do Sistema de Normalização Contabilística é um excelente exemplo – e o aconselhamento ao tecido empresarial português, constituído na sua esmagadora maioria por micro, pequenas e médias empresas, assim o exigem. A acrescentar a tudo isto, junte-se ainda a necessidade de mudança de hábitos profissionais: o perfil-tipo do TOC que se limitava a debitar e creditar pertence irremediavelmente ao passado.

A formação é a melhor arma para vencer todas estas barreiras e enfrentar o futuro com mais confiança e qualidade. Prova disso é o facto de o calendário apresentado para 2009 ser o mais ambicioso de sempre, com

dezenas de temas disponíveis ao longo de todo o ano. Neste capítulo, a mais recente aposta da CTOC, a formação à distância, ocupa lugar de relevo. A Direcção da Câmara entendeu que a formação regular (em sala e presencial), não correspondia completamente aos anseios de todos os TOC e criava situações de grante desigualdade, sobretudo para os profissionais que residem em zonas mais afastadas das capitais de distrito. O esforço para encontrar um método que chegasse de forma fácil e eficiente a todos os pontos do País, minimizando custos e evitando a deslocação dos formandos, culminou, no ano passado, com a introdução da formação à distância. Esta nova aposta, após um período experimental, arrancou em Abril e tem merecido grande aceitação, assentando numa solução informática com base na tecnologia Blackboard. Os números referentes a 2008 são esclarecedores: 17 990 membros receberam formação por esta nova via. A flexibilidade temporal, a racionalização de custos, a interactividade entre orientador

e formando, a comodidade de a qualquer hora do dia ou da noite ter a formação acessível, estão a contribuir decisivamente para que esta aposta da Câmara esteja “condenada” a triunfar.

A diversidade da formação

Porque uma das grandes metas da CTOC sempre foi vencer o desafio da qualidade, e porque esse é um traço que distingue as profissões numa sociedade cada vez mais exigente e menos tolerante ao erro, a importância da formação adquire importância decisiva para o presente e futuro dos profissionais. Por isso, para além da formação à distância, a CTOC aposta, desde há muito, na formação presencial que está dividida em formação eventual, segmentada e permanente.

A primeira decorre nos meses de Janeiro/Fevereiro, Junho/Julho e Outubro/Novembro. Estes ciclos realizam-se em todas as capitais de distrito. Nos Açores, por questões geográficas, decorre, para além de Ponta Delgada, em Angra do Heroísmo e Horta. Com esta formação, pretende-se sensibilizar e alertar os Técnicos Oficiais de Contas para as alterações surgidas nos normativos, garantindo um melhor cumprimento da lei e prevenindo erros e dissabores quer aos profissionais quer aos seus clientes ou entidades patronais. Os três ciclos de formação realizados em 2008 registaram a presença de 35 440 profissionais.

A formação segmentada, por seu lado, tem uma duração que varia entre as oito e as 16 horas e pretende abordar temas que, face à complexidade ou dimensão, são mais exigentes. Este é um género de formação mais flexível e móvel, já que pode ser realizada nas capitais de distrito ou em qualquer outra localidade em que se reúnam, pelo menos, 30 participantes, cabendo à CTOC assegurar toda a logística para a sua concretização. No ano passado, 12 549 profissionais reforçaram conhecimentos através desta forma.

Com duração entre as 16 e 32 horas, a CTOC propõe ainda aos seus membros a denominada formação permanente. É de natureza presencial, como as referidas anteriormente, e debruça-se de forma mais cuidada sobre matérias que, pela sua complexidade, exigem um tratamento

mais cuidado. A exemplo da formação segmentada, está disponível nas capitais de distrito em localidades onde seja possível reunir um mínimo de 30 interessados. No ano transacto, 1 727 TOC participaram neste tipo de formação.

Conferências com cerca de 28 mil participantes

O leque de opções formativas que a CTOC disponibiliza ao universo dos cerca de 75 mil membros, o que a coloca como a maior Instituição de regulação profissional do País, não se esgota aqui. A Câmara tem vindo a assumir, ano após ano, a organização de um conjunto de conferências que se tem revelado capaz de acordar consciências e denunciar situações problemáticas. Com o recurso a reputados especialistas, quer nacionais quer estrangeiros, esta opção tem-se revelado uma via alternativa ao perscrutar de novas ideias e tendências e alertado os profissionais para realidades que convém ter em conta. Eventos como o organizado pelo Gabinete de Estudos da CTOC, em parceria com o IDEFF e que, no ano passado, se debruçou sobre o planeamento fiscal, acontecimentos como o Prolatino, o Encontro de História de Contabilidade ou a conferência internacional do Comité de Integração Latino Europa América (CILEA), para só citar alguns, forneceram importantes pistas de investigação e meditação. Pela prova do interesse destas realizações, falam os números: 27 811 TOC acorreram, em 2008, a estas conferências.

Para completar o quadro, falta acrescentar as reuniões livres das quartas-feiras. Realizadas em todas as capitais de distrito duas vezes por mês de duas em duas semanas, ao final do dia, e com a presença de especialistas, estes encontros assumem um carácter mais informal e prático, onde os TOC podem colocar in loco dúvidas sobre o exercício profissional.

Apesar da diversidade existente, poder-se-ia pensar num cruzar de braços e num merecido descanso. Toda a formação dada pela CTOC é acompanhada de um inquérito. A recolha e tratamento desses dados revela que cerca de 85 por cento consideram a formação recebida como «boa» ou «muito boa». É um indicador de satisfação importante, mas está longe de constituir um deslumbramento para a Direcção da Câmara. Porque ignorar actualizações de conhecimentos e novos saberes é perder, definitivamente, o comboio do futuro.

Na vanguarda da comunicação profissional

A CTOC cultiva uma visão estratégica, sem paralelo, assente nas novas tecnologias, solidificando a consciência da profissão e aproximando instituição e membros.

Fruto da imparável globalização, também a Contabilidade e a Fiscalidade viram-se confrontadas perante lógicas de maior dinamismo e inovação. O desafio tecnológico passou a exigir respostas de carácter instantâneo.

O conceito do guarda-livros, rodeado de dezenas de papéis em cima da secretária, está definitivamente ultrapassado. O que parecia impossível, é hoje uma realidade. O know-how de natureza informática faz actualmente parte integrante da vasta gama de conhecimentos que os Técnicos Oficiais de Contas dominam. O recurso às novas tecnologias permitiu evitar horas a fio perdidas nas filas das repartições de Finanças para a entrega das declarações fiscais.

A actividade do profissional encontra-se, neste momento, circunscrita ao espaço físico de um escritório de Contabilidade ou, inclusive, da própria residência. Um computador com ligação à Internet é o que basta para assegurar, em poucos minutos, através do envio de declarações electrónicas, o que outrora se fazia com prejuízo de tempo e dinheiro. Cliente de que o «universo» dos profissionais da actualidade gira, à semelhança de muitos milhões de portugueses, em volta de um ecrã de computador, a Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas (CTOC) procurou, a par com o progresso e desenvolvimento tecnológico, dotar os seus membros das mais actuais ferramentas informáticas. Quando comparada com outras instituições congêneres, a CTOC dispõe de um dos sistemas de comunicação mais completos usados no associativismo público.

Comodidade, eficiência e...ecologia

Em 2005, implementou-se a “Pasta TOC”, que é uma espécie de correio virtual de cada um dos membros, que também disponibiliza informação técnica actualizada diariamente. Esta iniciativa visa aproximar a entidade dos seus associados, agilizando e tornando mais eficaz e célere o processo comunicacional.

Efectuar uma melhor gestão das questões colocadas e diminuir os custos de correio em dezenas de milhares de euros e a morosidade que esta via implica, foram desafios vencidos. A título meramente estatístico, mas que exemplifica a boa adesão, no ano transacto foram respondidas 22 mil dúvidas ou esclarecimentos solicitados. Estar na vanguarda tecnológica é, ao mesmo tempo, sinónimo de comodidade, eficiência e, porque não dizê-lo, encerra preocupações do ponto de vista ecológico, devido à diminuição do recurso ao documento físico para a interacção entre instituição e membro.

Contudo, o universo de ferramentas ao alcance dos profissionais não se reduz à “Pasta TOC”. O site oficial é a mostra de qualquer instituição, dentro e fora de portas. O da CTOC (www.ctoc.pt) não foge à regra. A fiabilidade e a actualidade da informação é fundamental para o prestígio de qualquer página online. Também no domínio virtual, a página da Internet acumula mais de 65 mil utilizadores registados e uma média de 200 utilizadores em simultâneo.

As últimas acções associativas promovidas pela Câmara e as novidades da doutrina fiscal e contabilística estão na primeira linha do site, mas é na página oficial da CTOC que os membros consultam o vasto programa formativo previsto, necessitando, obrigatoriamente, de efectuar a respectiva inscrição. Todo o processo de inscrição para as dezenas de formações que a CTOC disponibiliza aos seus membros está concentrado no seu site, numa zona de acesso reservado, denominado “Pagamentos Online”. Uma funcionalidade pioneira, se atentarmos ao restante panorama das associações profissionais, com evidentes ganhos de funcionamento.

A Revista “TOC” e o CD-ROM SITOC (Sistema de Informação do Técnico Oficial de Contas), distribuídos gratuitamente todos os meses, são a «ponte» mais antiga de ligação entre a CTOC e os membros. A revista, o órgão oficial da instituição, conta já com 109 números editados, enquanto o CD contém uma base de dados com relevância fiscal e uma ordenação das matérias de interesse, tendo em vista uma leitura integrada das mesmas.



Mais recentemente, a Câmara foi, uma vez mais, precursora no lançamento de uma revista de cariz científico. A partir de 2005, começou a ser distribuída aos membros a «Contabilidade e Gestão», com o intuito de criar um espaço de divulgação de estudos e ensaios de matriz científica, sobre temas que se interligam com a profissão de TOC. Todas as ferramentas que enunciámos, foram o cimento para preparar e solidificar o prestígio e a credibilidade profissional da classe e de uma instituição, ainda jovem, mas com resultados consolidados. O infatigável trabalho de serviço público desenvolvido pelos TOC começa a ser compreendido pela sociedade. De «actores secundários», os profissionais passaram para «protagonistas», com responsabilidade redobrada, de processos que afectam a vida de milhões de portugueses.

Um novo paradigma

Em meados dos anos 90, muitos não acreditavam no êxito do processo de desmaterialização das declarações fiscais. Os profissionais e a CTOC, entidade reguladora da profissão, foram os principais impulsionadores de uma iniciativa que, hoje em dia, já ninguém ousa questionar, nem a administração fiscal, nem os contribuintes. Em 1997, a administração tributária recebeu 498 declarações via Internet. Mais de uma década depois, é-se obrigado a falar em milhões para retratar, cabalmente, a realidade. Foi inaugurado um novo paradigma.

Em 2007, a Informação Empresarial Simplificada (IES) foi mais um passo de gigante no domínio do Simplex, significando um tremendo avanço nos métodos tradicionais de relacionamento da administração pública com as empresas. Na prática, a Contabilidade ficou mais “facilitada” para todos. As empresas passaram a ter possibilidade de cumprir num só momento quatro operações. Mais uma vez o conformismo e perseverança dos profissionais deu frutos, afirmando-se como uma classe-chave na gestão do sistema tributário e no apurar da verdade tributária.



Conferência comemorativa dos 250 anos da Aula do Comércio

I Jornadas Europeias da Primavera no ISCAL

Centro de Congressos de Lisboa, 27 de Abril de 2009

Novas tendências da fiscalidade

Centro de Congressos de Lisboa, 28 de Abril de 2009

PROGRAMA

8h30	Recepção e entrega da documentação
9h00	Sessão de abertura Presidente da Comissão das Comemorações dos 250 anos da Aula do Comércio – Maria Amélia Nunes de Almeida Presidente da CTOC – António Domingues de Azevedo Presidente do Inst. Politécnico Lisboa – Vicente Ferreira
9h30	1ª SESSÃO Presidente: David Pina, prof. coordenador do ISCAL Moderadora: Ana Cristina Perdigão, prof. adjunta do ISCAL Rui Moura Ramos, presidente do Tribunal Constitucional Tema 1 A RESPOSTA DA UNIÃO EUROPEIA À GLOBALIZAÇÃO – Manuel Porto, Univ. Coimbra Tema 2 O SISTEMA JURISDICIONAL DA UNIÃO EUROPEIA – José Luís Cruz Vilaça, advogado, Univ. Nova Lisboa, ex- juiz presidente do Tribunal da Primeira Instância Tema 3 O TRATADO DE LISBOA, CONTEÚDO E DESAFIOS – Isabel Valente, Univ. Coimbra
11h00-11h15	Pausa para café
Tema 4	O PAPEL DO PARLAMENTO EUROPEU NA UNIÃO EUROPEIA – Paulo Sande, representante do Parlamento Europeu em Portugal
Tema 5	O PAPEL DA COMISSÃO EUROPEIA NA UNIÃO EUROPEIA – Margarida Marques, representante da Comissão Europeia em Portugal
Tema 6	JURISPRUDÊNCIA RECENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DAS COMUNIDADES EUROPEIAS EM MATÉRIA ECONÓMICA – Miguel Poiães Maduro, Univ. Nova Lisboa, advogado-geral do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias
12h45	Debate e conclusões
13h00	Almoço
15h00	2ª SESSÃO Presidente: Alberto Barata, prof. coordenador do ISCAL Moderador: Manuel Mendes da Cruz, pres. Conselho Científico do ISCAL Tema 1 SOCIEDADE ANÓNIMA EUROPEIA – Christian Roth, advogado, foro de Paris, Univ. Paris Tema 2 ARTICULAÇÃO ENTRE O DIREITO NACIONAL E COMUNITÁRIO EM MATÉRIA DE CONCORRÊNCIA – João Espírito Santo Noronha, vogal Autoridade da Concorrência
16h00-16h15	Pausa para café
Tema 3	HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA NA U.E. – Rui Pais de Almeida, prof. coordenador do ISCAL
Tema 4	AS CONCENTRAÇÕES DE EMPRESAS NA U.E. VERSUS USA – Domingos Ferreira, prof. coordenador do ISCAL
Tema 5	A GOVERNAÇÃO DAS SOCIEDADES E O PAPEL DOS AUDITORES NA U.E. – Carlos Batista da Costa, prof. coordenador do ISCAL
18h00	Debate e conclusões
18h30	Sessão de encerramento Presidente do Conselho Directivo do ISCAL Presidente da CTOC Presidente Conselho Científico do ISCAL

PROGRAMA

8h30	Recepção dos participantes
9h00	Sessão de abertura Presidente da Comissão das Comemorações dos 250 anos da Aula do Comércio – Maria Amélia Nunes de Almeida Presidente da CTOC – António Domingues de Azevedo Presidente do Inst. Politécnico Lisboa – Vicente Ferreira Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais – Carlos Baptista Lobo
10H00	I PAINEL HISTÓRIA DOS IMPOSTOS E EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE CAPACIDADE CONTRIBUTIVA Oradores: Casalta Nabais; João Catarino Moderadora: Ana Paula Dourado
11h00-11h15	Pausa para café
11H15	II PAINEL A FISCALIDADE FACE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS Oradores: Vasco Branco Guimarães; António Alves da Silva Moderador: José Luís Saldanha Sanches
21h15	Debate
12h45	Almoço
14h30	III PAINEL EVOLUÇÃO DA TRIBUTAÇÃO DIRECTA Oradores: Manuel Lopes Faustino; António Moura Portugal Moderador: José Guilherme Xavier de Basto
15H30	IV PAINEL EVOLUÇÃO DA TRIBUTAÇÃO INDIRECTA Oradores: Clotilde Celorico Palma; Rui Lares Moderador: António Nunes dos Reis
16h30	Pausa para café
16h45	Mesa redonda: PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DA POLÍTICA FISCAL Presidente: António Carlos dos Santos Oradores: Vasco Valdez Matias; Rogério Fernandes Ferreira
18H00	Debate
18h30	Sessão de encerramento Presidente do Conselho Directivo do ISCAL Presidente da CTOC Presidente Conselho Científico do ISCAL

Inscrições em www.ctoc.pt